

A silly season de um colunista sem assunto

Na sua coluna de sábado, dia 1 de Setembro, Eduardo Cintra Torres (ECT) continua a sua saga e, mais uma vez, ataca a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Desta vez, veja-se lá, acusa-a de “ocultar informação dos cidadãos” no relatório sobre a cobertura das eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa nos canais generalistas de televisão. Diz ECT que, tendo apresentado dados quanto ao tom desfavorável das notícias sobre os candidatos, a ERC omitiu os dados sobre as que tinham tom favorável, por estar “politicamente enfeudada ao Governo” e não ter de dizer que António Costa foi o candidato “mais favorecido”.

A acusação é grave e revela, no mínimo, desonestidade intelectual - como a seguir se verá. Por isso, e por respeito pelos leitores do PÚBLICO, não deve ficar sem resposta, embora o estilo caceteiro de ECT, que representa a sua marca de água, justifique, com certeza, que se atribua ao que escreve o devido (muito) desconto. Aliás, a paixão compulsiva do homem para com a ERC, bem conhecida dos leitores do PÚBLICO, tem ao menos um mérito: chama a atenção para as suas deliberações, leva os interessados a consultarem directamente a fonte.

Vejamos então ao que chegou desta vez o despautério do colunista. O relatório da ERC sobre a cobertura televisiva das eleições para a Câmara Municipal de Lisboa é, como ele próprio reconhece, um relatório “muito factual”. Apresenta dados sobre o número e duração de peças, número de referências dedicadas por cada canal a cada candidato, tom das notícias (favorável/neutro/equilibrado ou desfavorável) e temas mais abordados, abrangendo o período da pré-campanha e da campanha oficial.

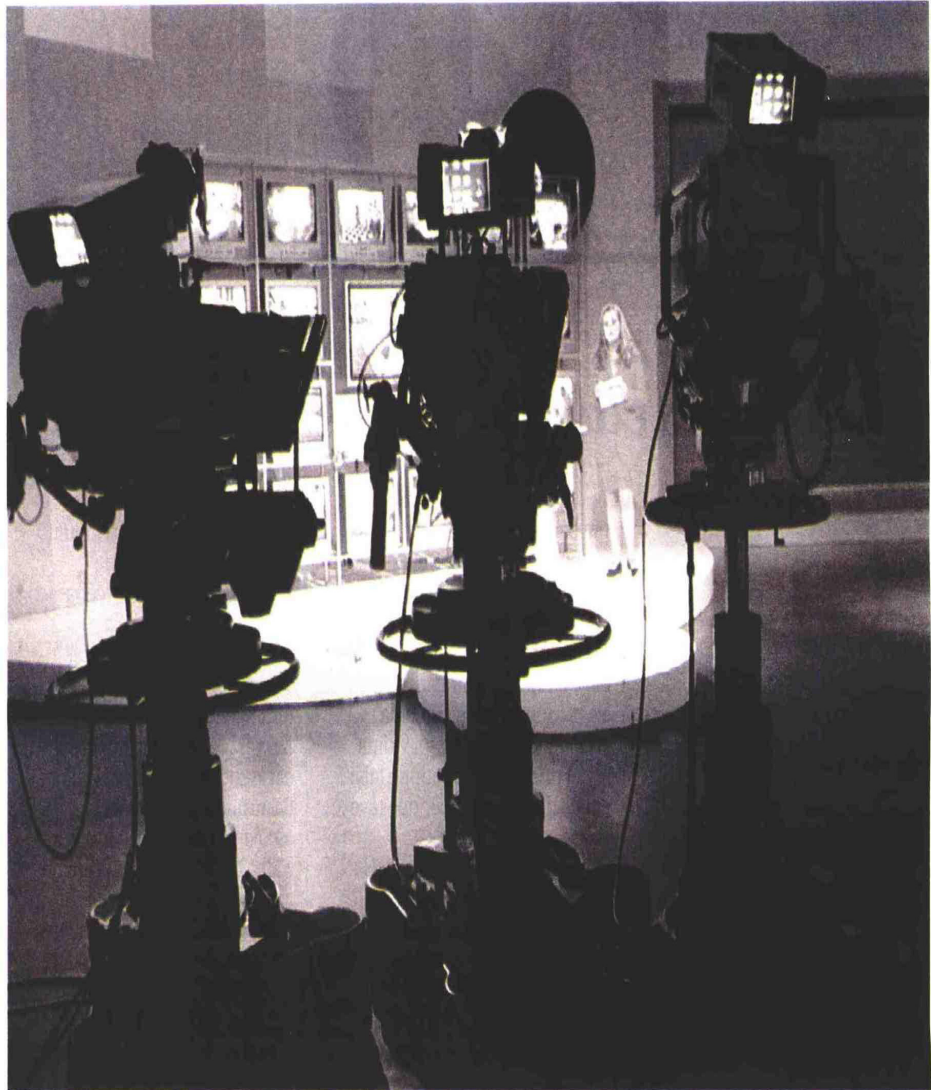
O relatório conclui que os candidatos com valores mais elevados em número de peças e de referências são os três que obtiveram maior votação e que, entre eles, António Costa ocupa o primeiro lugar nos três canais, seguido de Carmona Rodrigues e de Fernando Negrão. Relativamente ao tom das peças, objecto da catilinária do escriba, as conclusões indicam que em 418 peças (para os 12 candidatos) apenas se registam 154 referências desfavoráveis, contabilizando-se 828 referências favoráveis, equilibradas e/ou neutras. O relatório mostra, também, que o maior número de referências desfavoráveis foi para os candidatos mais votados e, entre estes, António Costa é o que recebe neste indicador valores mais elevados, seguido também aqui, dos outros dois candidatos mais votados. A explicação destes dados encontra-se nas conclusões do relatório: os candidatos com maior visibilidade são os alvos mais frequentes do discurso de outros protagonistas, sendo, portanto, aqueles com maior número de referências desfavoráveis.

A ponderação da extensão da cobertura com o número de referências desfavoráveis possui interesse analítico, por mostrar que nem sempre uma maior cobertura corresponde, por si só, a “favorecimento”, ao contrário do que se deduz do “artigo” do colunista. Aliás, o relatório em causa não usa o termo, precisamente por se tratar de um conceito que requer ponderação de outros indicadores (por exemplo, a audiência). Perdoe-se, por isso, a imprecisão de ECT, sem deixar de apontar a ignorância.

É certo que, “competente” como é, o colunista queria



Estrela Serrano



mais. Queria ir mais fundo, ver quadros e gráficos sobre as referências favoráveis aos candidatos. A sua obsessão com a ERC levou-o a ver aí conspiração e, apesar de o relatório não deixar nenhuma dúvida sobre o facto de António Costa ser o candidato que obteve maior cobertura nos três canais, ECT telefonou para a ERC a perguntar por que razão não constavam do relatório os dados que ele pretendia. Foi-lhe explicado que de entre as várias possibilidades de cruzamentos dos dados obtidos, tinha sido opção metodológica aprofundar as referências desfavoráveis aos candidatos, relacionando-as com a maior ou menor cobertura conferida a cada candidato. Foi, igualmente, informado de que os dados que pretendia lhe seriam facultados caso os desejasse utilizar, o que ele recusou - mas esqueceu-se de contar a recusa aos leitores. Percebem-se, agora, as suas razões: ou não saberia interpretar os dados, ou ficaria sem “tema” para o artigo. Por isso, reafirmo o que acima sustentei: ECT demonstrou, *again*, e no mínimo, a sua desonestidade intelectual.

Os leitores do PÚBLICO talvez tenham, contudo, interesse em conhecer esses dados, uma vez que o colunista, pelos motivos agora revelados, lhes espicou a curiosidade. Aqui ficam, pois: no período oficial da campanha eleitoral, a candidata a receber maior número de referências favoráveis no conjunto dos três canais foi Helena Roseta,

[Os dados mostram que] a tese de Cintra Torres cai por terra e deixa à vista a nula consistência das suas acusações à ERC

seguinte-se a uma distância de 1,9 por cento os segundos, com valores similares (Carmona Rodrigues, Telmo Correia e Fernando Negrão). António Costa é, nesse período, o sexto candidato em número de referências favoráveis, com menos 3,7 por cento relativamente à primeira. Agregando o período da pré-campanha e da campanha, a ordem altera-se, com António Costa a merecer mais 2,6 por cento de referências favoráveis que a segunda candidata, Helena Roseta.

A tese de Cintra Torres cai, pois, por terra e deixa à vista a nula consistência das suas acusações à ERC, comprovando, também mais uma vez, a sua “independência” como crítico de televisão. *Vogal do Conselho Regulador da ERC*

P.S. Sobre as competências da ERC para fazer relatórios que “ninguém pediu”, recomendo-lhe a leitura dos seus estatutos e das leis que enquadram o sector dos media. De um crítico de televisão esperar-se-ia, no mínimo, que os conhecesse. Mas, se ECT nem sabe aquilo de que diz saber, como se lhe poderia exigir que conhecesse a Lei?